

NAZISMO NA AMÉRICA DO SUL: A QUESTÃO DO PERONISMO

Por Iuri Cavlak[i]

Resumo: Por muito tempo a Argentina foi vista como um dos países que mais acolheu e protegeu os refugiados nazistas no contexto da Segunda Guerra Mundial. De fato, vários soldados e ex-funcionários do Terceiro Reich para lá se dirigiram quando a Alemanha perdeu a guerra, caracterizando o primeiro peronismo, para certa historiografia, sinônimo de totalitarismo na América do Sul. As ditaduras anti-peronistas que vieram depois e os atritos da Argentina com os Estados Unidos ainda mais destacaram as ligações de Perón com o nazismo. Porém, com as novas fontes disponíveis e um enquadramento estrutural do tema torna-se possível uma visão menos ideologizada e mais precisa sobre esse controverso assunto.

Palavras chave: nazismo, peronismo, política.

Introdução

Por muitos considerada a sociedade mais politizada da América Latina, a Argentina protagonizou em sua história no século XX uma relação especial com o nazismo. Tratando-se de um país composto por maciça imigração européia, logo nos anos de 1930 vivenciou debates e questionamentos acerca da ascensão, que ocorreu no Velho Mundo, dos regimes de Hitler e Mussolini. Uma década depois, o aparecimento do peronismo na cena política galvanizou a questão, tanto pela articulação desse governo com o pensamento autoritário de direita quanto pelo acolhimento de fugitivos do pós-guerra. Posteriormente, os sucessivos golpes militares e o fracionamento da sociedade entre peronistas e anti-peronistas, - igualmente a transformação do peronismo em um amplo leque de tendências, de conservadores a guerrilheiros urbanos, - turvou o entendimento da sociedade argentina em relação aos fascismos, tanto nas práticas políticas quanto na memória histórica.

Nos anos 1990, na Europa, um surto de neonazismo teve lugar em vários lugares importantes, como a França, Rússia, Alemanha e Itália [ii] Na Argentina, o fim dos regimes ditatoriais, e os ataques a Embaixada de Israel em 1992 e à AMIA (Associação Mutual Israelita Argentina) em 1994 renovaram o interesse pela história do problema, muitos tentando esconder os fatos, outros tentando desvelar os vínculos.[iii] Pesou nessa equação a liberação da documentação diplomática dos Estados Unidos, que acompanharam assiduamente o desenrolar dos acontecimentos nos anos 1940 e 1950.

Finalmente, entre 1997 e 1999, o governo argentino implantou a CEANA (Comissão Especial de Atividades Nazistas na Argentina), formada por membros do governo, da diplomacia e de intelectuais, que vasculharam os arquivos de política externa e das Forças Armadas para tentar esclarecer definitivamente o que havia se passado entre o país e o nazismo.

Nos anos 2000, alguns livros foram publicados versando sobre essa temática, sendo que, no mercado editorial brasileiro, dois deles obtiveram grande espaço. [iv] A meu juízo, embora importantes, essas obras ficaram a dever no sentido de uma análise de longa duração, bastante descritivos e de escopo jornalístico. Isto é, ajudaram a reconstituir um passado vivo no presente de nosso principal vizinho, mas falharam na questão de explicar estruturalmente a problemática. Assim, meu objetivo, neste artigo, é situar e discutir historicamente a relação da Argentina peronista com o nazismo, tendo em vista essas novas fontes e o estado que se encontra o debate contemporâneo sobre a extrema direita na América do Sul.

Os antecedentes

Nos anos 1930 esteve presente na opinião pública argentina uma corrente intelectual que professava certo ideário autoritário de direita, semelhante em muitos aspectos ao fascismo italiano. [v] Grosso modo, formavam um grupo de escritores, professores e jornalistas, que culpavam a democracia ocidental pela ascensão do comunismo, clamando pela substituição da ordem liberal por outra de caráter corporativa e centralizada. O conflito social era encarado de modo paternalista, donde a militância pela implantação de valores embasados na hierarquia, autoridade, ordem e obediência, ao invés da liberdade e igualdade, tudo subordinado a um Estado interventor e a um executivo hipertrofiado. [vi]

Do ponto de vista internacional, a desarticulação econômica momentânea do capitalismo, fruto da crise de 1929, e o crescimento do movimento socialista, inspirado na União Soviética, geraram uma falta de confiança nos mecanismos da democracia representativa e no liberalismo. O fato de a Alemanha ter saído da primeira guerra derrotada e naquele momento marchar para um virtuoso crescimento econômico, somado a repressão política e ao partido único, animou em vários pensadores programas políticos a serem copiados e implantados na Argentina. Entrementes, um então

desimportante e intelectualizado coronel do exército, Juan Domingo Perón, havia passado vários anos na Itália, observando de perto e se declarando admirador do governo de Benito Mussolini.

A Argentina, nessa década, sofreu de um desenvolvimento político distinto do brasileiro. No Brasil, em 1930, um novo grupo foi alçado ao poder, implementando reformas no sentido da industrialização e participação controlada da classe trabalhadora urbana no cenário político. Na Argentina, pelo contrário, um golpe militar assegurou a permanência da oligarquia no poder, reafirmando uma estrutura econômica colonial no comércio com os ingleses. Em 1940, a pressão nesse país se tornou acentuada, até porque ocorria, tal como no Brasil, significativo processo de expansão industrial, sem que a classe trabalhadora participasse de decisões políticas e melhorias salariais. [vii] A resultante foi um golpe militar em junho de 1943, hegemônico por militares descontentes com a política tradicional que ainda se fazia dominante numa conjuntura completamente nova. Em outras palavras, se no Brasil as mudanças foram aos poucos, desde 1930, na Argentina elas estiveram mais concentradas temporalmente, a partir de 1943. Se o pensamento autoritário brasileiro ganhou espaço e se imbricou progressivamente no governo Vargas, tendo que inclusive conviver com outras tendências, na Argentina ele se viu alçado ao poder quase que de imediato.

Diplomaticamente, a Argentina sofreu de uma relação errática e conflituosa com os Estados Unidos, preferindo um apego sistemático a Inglaterra, enquanto o Brasil adaptou-se aos novos tempos e logo se fez parceiro privilegiado dos norte-americanos. Assim, quando já se apontava no horizonte a derrota do Eixo, a classe dirigente platina se encontrava recheada de simpatizantes e apoiadores da Wehrmacht, mais um descompasso político decisivo para a nova conjuntura que se abriria depois da guerra.

Entre 1943 e 1945 a Argentina marchou para o alinhamento com o status quo internacional. Rompeu com os alemães e italianos em 1944 e declarou guerra em 1945, bem verdade que as vésperas da rendição de Berlim. Nesse ano chave, por pressão dos Estados Unidos e do Brasil, passou a ser envolvida nas discussões do pós-guerra. Em contrapartida, ensaiou, a contragosto dos militares e da classe trabalhadora, que desenvolvia então notável organização política, uma reposição do liberalismo e abertura econômica. Semelhante ao que se passava por aqui, as chamadas liberdades democráticas foram estabelecidas, com a programação de eleições majoritárias e de uma

reforma constitucional. O maior peso a esse redirecionamento era a figura de Perón, que acumulava os cargos de vice-presidente, Ministro da Guerra e Ministro do Trabalho, nessa última pasta observando uma legislação trabalhista inovadora.

A remoção de Perón da cena política, bem como a de Vargas, se tornou necessária nessa conjuntura para desentruar a internacionalização econômica e a presença política norte-americana. Porém, se aqui o quererismo não teve forças suficientes para sustentar Vargas no poder, na Argentina se deu o contrário, pois o líder platino, após ser destituído de todos os seus cargos e preso, protagonizou a maior reviravolta da história argentina de então, quando uma multidão invadiu o centro de Buenos Aires exigindo sua soltura, no famigerado 17 de outubro de 1945. O então coronel reconquistou espaço, se aliou ao recém criado Partido Laborista e venceu uma disputada e inquestionável eleição presidencial em fevereiro de 1946. [viii]

A oposição dos Estados Unidos a eleição de Perón foi explícita, através de sua embaixada e de seu diplomata Spruille Braden. Antes do pleito, Braden costurou uma aliança com a burguesia argentina e a intelectualidade progressista, os comunistas inclusos. Publicou uma coletânea de documentos chamados de Livro Azul, com informações sobre ligações de Perón e seus militares aliados com o nazismo. O conteúdo desse documento denuncia, produzidos pelos órgãos de espionagem norte-americana, não era de todo inverídico, embora a forma eleitoreira e oportunista de sua publicidade tenha forçado e distorcido certos fatos.

Rompido com os EUA, passando a afirmar que preferia cortar uma mão a pedir-lhes um empréstimo, Perón reconfigurou o Estado e a sociedade argentina nos moldes do chamado populismo. [ix] Na medida em que o país havia exportado carne e cereais para Europa em guerra e pouco importado em manufaturas, havia acumulado uma reserva acima de 1 bilhão de dólares, que passou a ser utilizada na criação do novo regime. Fábricas foram estatizadas, indústrias nacionalizadas e a economia centralizada, com um sensível processo de aumento salarial para a classe trabalhadora e subsídio aos serviços públicos e a cesta básica, elevando o nível de vida das classes subalternas.

Na política externa, o país se viu isolado, pois toda a região esteve na órbita norte-americana, principalmente o Brasil, que a época foi cortejado de diversas maneiras pelos argentinos, sem nenhum sucesso. Numa espécie de fuga para a frente, a

Argentina enveredou para um caminho neutralista, declarando a Terceira Posição em política externa, teoricamente equidistante dos EUA e da URSS, objetivando, em última instância, a formação de um bloco de nações sul-americanas que pudessem pressionar no sentido de um Plano Marshall para a região. [x]

De acordo com o exposto, penso que se deva refletir sobre a relação entre o nazismo e o movimento peronista. Em suma, um governo nacionalista autoritário, rompido com a burguesia liberal, acenando economicamente para a classe trabalhadora em troca de apoio e isolado diplomaticamente no entorno regional. Em um nível de politização aguçada, o regime buscou forças no conservadorismo, estabelecendo uma aliança com o clero em troca da obrigação do ensino religioso católico nas escolas públicas. Como precisava seguir com o processo de industrialização substituidora de importações, até porque a estrutura econômica não fora transformada, - aliás como nenhum populismo o fez - o óbice econômico imposto pelos EUA, que congelou investimentos na Argentina, levou Perón a abrir novos horizontes de possibilidades, se aproximando da Espanha franquista e buscando quadros técnicos advindos dos fascismos. O que veio a calhar numa sociedade já marcada pela imigração europeia e influenciada pelo anticomunismo das classes tradicionais.

Peronismo e nazismo

A primeira questão a ser contextualizada é o papel pessoal de Perón e sua esposa, Eva Duarte de Perón, “Evita”, nos acontecimentos históricos em foco. A imensa maioria da produção bibliográfica sobre o assunto foi produzida num viés anti-peronista e personalista, hipertrofiando o papel desses personagens e empalidecendo o horizonte social mais amplo.

Em termos de números, se falou por muito tempo em milhares de nazistas alemães na Argentina. Também que Martim Bormann, considerado o segundo na escala hierárquica depois de Hitler, teria fugido de Berlim no dia da chegada dos soviéticos, e passado o restante da vida em Buenos Aires. Perón teria recebido o tesouro roubado dos judeus, depositado numa conta na Suíça. Evita teria sido amante de espiões alemães. Hoje se sabe com razoável precisão que nada disso aconteceu. Pelos números de Uki Goñi, foram cerca de 300 os fugitivos nazistas que conseguiram refúgio na Argentina,

sendo que muitos foram para outros lugares quando a economia peronista diminuiu seu ritmo de crescimento no início dos anos 1950. Bormann jamais escapou da Alemanha, morto nas últimas batalhas de 1945. Quanto a fortuna de Perón, dificilmente se sustenta a tese de que teria sido formada por dinheiro judaico.

Quando a Segunda Guerra foi declarada em 1939, membros da classe dominante argentina, descontentes com o avanço da diplomacia norte-americana no subcontinente, passaram a reforçar a propaganda pelo “hispanismo”, uma ideologia que advogava pelo reforço dos vínculos com a Espanha e, numa outra vertente, a retomada de antigos territórios que outrora havia pertencido ao vice-reinado do Rio da Prata. Na medida em que Franco e Hitler estavam em fina sintonia, expandiu-se a expectativa no país platino pela vitória do Eixo.

Em janeiro de 1942, na Terceira Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos, ocorrida no Rio de Janeiro, os países sul-americanos foram compelidos pelos EUA a romperem relações com o Eixo e declararem guerra a Alemanha. O Brasil acatou essa diretriz, barganhado sua posição por investimentos na siderurgia e participação com tropas na Europa, enquanto Argentina e Chile os únicos países que resistiram e permaneceram neutros. Um ano depois somente Buenos Aires manteve sua posição, o que a qualificou como único lugar seguro para os fugitivos.

Uma outra questão repousava na formação das forças armadas latino-americanas, que ainda detinham uma formação europeia pesando, em algumas situações, contra a diplomacia de Washington. O fato do Brasil haver recebido muito mais armamento norte-americano por toda a década de 1930 e início de 1940 reforçava a vontade de seus militares de receberem matérias bélicas germânicas, então a grande expertise do gênero.

Após a derrota alemã na batalha de Stalingrado, no início de 1943, vários militares, políticos e diplomatas europeus e norte-americanos perceberam que a guerra estava decidida em desfavor da Alemanha. Ela ainda iria durar, sendo apenas uma questão de tempo a rendição do Eixo. Em março de 1943, antes do golpe que elevaria o grupo militar ao qual Perón pertencia, o diplomata e agente do serviço secreto argentino, Juan Carlos Goyneche, encontrou-se no Vaticano com o papa Pio XII, estabelecendo os primeiros contatos para a que a Argentina ajudasse a Igreja Católica

com as fugas de nazistas e fascistas, que doravante passariam a ser considerados como vítimas do avanço comunista. [xi]

Quase de imediato, uma rota de fuga foi aberta com a colaboração de outros países neutros, como Espanha, Portugal e Suíça (posteriormente Áustria e Itália). Em Genebra se concentrou a questão financeira, de pagamentos de vultosas somas, fruto de saques nos territórios que iam sendo abandonados pelas tropas nazi-fascistas, em troca de passaportes e salvo condutos para os criminosos de guerra.

Enquanto em julho de 1943 a URSS julgava e fuzilava nazistas acusados de extermínio de judeus, os aliados começaram a utilizar os nazistas nos serviços de inteligência anticomunista. [xii] Nesse sentido, a Igreja Católica na Argentina também passou a interceder fortemente junto ao seu governo, ajudando sobretudo colaboracionistas franceses. Um deles, Emile Dewoitini, foi usado depois da guerra nas forças armadas peronistas, sendo um dos principais responsáveis pelo projeto do caça IA-27 Pulqui, que fez da Argentina, quando essa aeronave realizou seu voo de estreia em 1947, ser o quinto país do mundo a deter tal tecnologia. [xiii] Comenta Uki Goñi que: “na mesma época, diplomatas americanos em Madri e Buenos Aires começaram a montar as peças de um rebuscado “plano de fuga” envolvendo a Igreja Católica e as forças de segurança da Espanha”. [xiv]

Mas foi no pós-guerra que se intensificaram esses caminhos com seus importantes fugitivos. E, nesse quesito, a inteligência norte-americana, ao contrário da sua diplomacia oficial, aliou-se com o governo peronista, monitorando e avalizando todo o processo. Como bem explicou Francisco Carlos Teixeira, em 1946, somente um ano após a rendição alemã, os EUA paralisaram o processo de “desnazificação” na Alemanha, dentro da nova conjuntura aberta de contenção ao que se alegava ser uma expansão da dominação soviética. [xv]

Alguns dos mais famosos quadros nazistas foram liberados de prestar contas de seus crimes e embarcados em direção aos Estados Unidos, como o cientista Wernher von Braun e o responsável pelo massacre de comunistas e judeus na França ocupada, Klaus Barbie. (posteriormente solto na América do Sul). Outros partiram para a América do Sul, via Argentina, como o líder nazista croata Ante Pavelic, que contou com extrema colaboração da Igreja. O padre croata e anti-comunista Krunoslav

Draganovic organizou toda a logística para a empresa, enquanto a Iugoslávia solicitava repetidamente a deportação destes e de milhares para serem julgados e condenados em sua própria terra. [xvi] Em agosto de 1948, o Vaticano, através do bispo Alois Hudal, requisitou cinco mil vistos de entrada diretamente a Perón, justificando a necessidade de salvação de “valentes soldados alemães”. [xvii]

Para a Argentina, citando os casos mais famosos, se deslocou o médico Josef Mengele, responsável pelas terríveis experiências genéticas realizadas em prisioneiros dos campos de concentração, e Adolf Eichmann, um dos altos funcionários a cargo do extermínio de judeus. O primeiro terminaria passando a vida no Brasil, onde morreria afogado na praia de Bertioga em fevereiro de 1979, e o segundo seria capturado dentro da Argentina por um comando israelense em 1960, enforcado em Jerusalém dois anos mais tarde. Interessante que ambos foram prisioneiros norte-americanos na Alemanha ocupada, aproveitando-se do relaxamento das nações ocidentais para escapar sem maiores dificuldades.

Em 1950 esse tipo de imigração se estancou na Argentina. Pelos cálculos na CEANA, 180 criminosos de guerra entraram por Buenos Aires, sendo que muitos acabaram se estabelecendo em outros países. Porém, a sensação de presença e continuidade das atividades nazistas no peronismo esteve calçada nos métodos de propaganda política, inspirados nos regimes autoritários europeus:

num jogo de luzes, cores, sons, movimentos, provocava-se uma espécie de alucinação coletiva. Excitação e devotamento provocam libertação, mas se trata de um desregramento regulador posto que a descarga que ele autoriza reforça inconscientemente a dependência do pequeno homem em relação ao promotor do espetáculo. [xviii]

Prova disso é que a Revolução Libertadora, como passou a ser chamado os militares que derrubaram Perón em novembro de 1955, não logrou apontar ligações decisivas do líder com o nazismo, embora se engajassem numa “desperonizacao” da sociedade argentina, denunciando várias irregularidades e falcatruas do governo deposto. A intensidade das lutas sociais na Argentina exigiu novas intervenções militares, como em 1962, 1966 e 1976. Essa última, conhecida como Processo de Reorganização Nacional, primou pela cruel brutalidade, assassinando cerca de 30 mil pessoas através de métodos que lembravam a Alemanha nazista, como campos de

extermínio. O fato é que, com toda essa instabilidade política, muitos documentos foram destruídos, e um mito se construiu ao redor do tema, como se o nazismo estivesse sempre manipulando por trás da cena o jogo político argentino, sendo o peronismo original o grande culpado.

Conclusão

A presença nazista na Argentina foi causada tanto pela conjuntura pré-1943 quanto pela conjuntura pós-1945. De um lado, as influências da imigração italiana e alemã, a presença de um campo de intelectuais admiradores do autoritarismo fascista e o sentimento de que o nazismo seria uma forma justa de combater o comunismo. De outro lado, o neutralismo do regime peronista, suas alianças e necessidades econômicas, levando a importação de quadros técnicos alemães e a capacidade de responder as necessidades dos aliados em evitar que o grosso do pessoal que servira ao nazismo fosse extraditado para o bloco socialista.

Consultando as fontes primárias disponíveis atualmente, fica patente que os Estados Unidos, a Inglaterra e o Vaticano, entre outros, cuidaram para que os criminosos pudessem se refugiar num ponto mais longínquo da União Soviética. O oportunismo de Perón facilitou que sua terra se tornasse um destino viável, ao menos até a economia argentina entrar em sucessivas crises e obrigar a novas imigrações para outros países.

A falta de transparência com que o Estado tratou a questão alimentou as versões mais fantásticas sobre a presença nazista na Argentina. O atrito constante com os Estados Unidos no decorrer da segunda metade do século XX contribuiu para exacerbar esse panorama, na medida em que apenas uma parte da história, aquela desabonadora aos argentinos, foi ganhando circulação nos meios intelectuais. Que a Argentina desempenhou um nada digno papel em esconder grandes carrascos europeus não há dúvida, embora se deva contextualizar esse cenário e remeter a outros países e instituições que igualmente estiveram envolvidos.

Referências

REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). O Século XX. Vol. II, **O tempo das crises**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GOÑI, Uki. **A Verdadeira Odessa: o contrabando de nazistas para a Argentina de Perón**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

COSTA, Sérgio Correa. **Crônicas de uma Guerra Secreta: nazismo na América: a conexão argentina**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NEWTON, Ronald. **El cuarto Lado del Triangulo: la amenaza nazi en la Argentina (1931-1947)**. Buenos Aires, Editora Sudamericana, 1995.

BEIRED, José Luis. **Sob o Signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MURMIS, Miguel e PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudos Sobre as Origens do Peronismo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

BEIRED, José Luis. **Uma Nova Consciência em Marcha: o partido laborista e as origens do peronismo (1930-1946)**. Dissertação de Mestrado, USP, 1989.

AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton (orgs.). **Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

CAVLAK, Iuri. **A Política Externa Brasileira e a Argentina Peronista**. São Paulo: Annablume, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2008

Notas

[i] Iuri Cavlak é formado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Assis). Defendeu o mestrado na mesma instituição, com uma dissertação sobre as relações diplomáticas entre o Brasil e a Argentina Peronista, publicada em 2008 pela Annablume. Na Unesp defendeu o doutorado em 2010, estudando as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina de um ponto de vista mais amplo e com fontes da

diplomacia platina, com o título de “Integração e Desenvolvimento: As Relações entre Brasil e Argentina (1950-1964)” (editora da UNIFAP, no prelo). Desde agosto de 2010 é professor adjunto de Teoria e Metodologia da História no Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá. Desde 2013 é professor do programa de mestrado em Desenvolvimento Regional da mesma instituição, tendo voltado suas pesquisas para as relações internacionais contemporâneas do extremo norte da América do Sul (Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa).

[ii] TEIXEIRA, Francisco Carlos. Os Fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). O Século XX. Vol. II, O tempo das crises. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 121.

[iii] Atualmente, as investigações sobre a autoria desses ataques apontam para grupos islâmicos anti-Israel.

[iv] GOÑI, Uki. A Verdadeira Odessa: o contrabando de nazistas para a Argentina de Perón. Rio de Janeiro: Record, 2004; COSTA, Sérgio Correa. Crônicas de uma Guerra Secreta: nazismo na América: a conexão argentina. Rio de Janeiro: Record, 2004. Esse último, espécie de ensaio memorialístico, de qualidade bastante duvidosa, posto que recheado de assertivas não comprovadas pelas fontes históricas. Uma análise rigorosa encontra-se em uma obra ainda não traduzida para o português: NEWTON, Ronald. El cuarto Lado del Triangulo: la amenaza nazi en la Argentina (1931-1947). Buenos Aires, Editora Sudamericana, 1995.

[v] BEIRED, José Luis. Sob o Signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Edições Loyola, 1999.

[vi] CAPELATO, Maria Helena. Multidões em Cena: Propaganda política no vanguardismo e no peronismo. São Paulo: Editora da Unesp, 2008. p. 145.

[vii] MURMIS, Miguel e PORTANTIERO, Juan Carlos. Estudos Sobre as Origens do Peronismo. São Paulo: Brasiliense, 1973. pp. 9-44.

[viii] Uma análise instigante da participação dos trabalhadores argentinos no contexto encontra-se em: BEIRED, José Luis. Uma Nova Consciência em Marcha: o partido laborista e as origens do peronismo (1930-1946). Dissertação de Mestrado, USP, 1989.

[ix] Foge ao escopo deste trabalho uma discussão conceitual sobre o termo. Tomamos por base as reflexões contidas em: Aggio, Alberto. A emergência de massas na política

latino-americana e a teoria do populismo. In: AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton (orgs.). Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Editora da Unesp, 2003. pp. 137-164.

[x] CAVLAK, Iuri. A Política Externa Brasileira e a Argentina Peronista. São Paulo: Annablume, 2008.

[xi] GOÑI, Uki. Op. Cit. p. 45.

[xii] Idem, p. 92.

[xiii] Idem, p. 122.

[xiv] Idem, ibidem.

[xv] TEIXEIRA, Francisco Carlos. Op. Cit. p. 115.

[xvi] Depois da guerra, foram 1.800 pedidos de extradição feitos oficialmente por Tito à Inglaterra. Desses, cerca de cinquenta foram cumpridos.

[xvii] GOÑI, Uki, Op. Cit. p. 244.

[xviii] CAPELATO, Maria Helena. Op. Cit. p. 68.